DOSSIÊ

A greve dos estudantes na FFLCH

Cristiane Checcia[*] e *Giselle Agazzi*[**]

No dia 29 de abril, os estudantes da graduação da Faculdade de Letras da USP deliberaram greve pela contratação imediata de mais docentes. A partir daí, os estudantes dos cursos de História, Geografia, Filosofia e Ciências Sociais aderiram ao movimento grevista, bem como os alunos dos cursos da pós-graduação. Funcionários e professores não hesitaram em apoiar as reivindicações dos alunos e até a imprensa foi obrigada a acompanhar as manifestações e abrir espaço para o debate despertado pela greve, sobre a Universidade.

Em oposição a outros movimentos grevistas, esse chamou a atenção da sociedade por vários aspectos. Um destes foi a adesão e participação massiva dos estudantes. Eles formaram diversas comissões, que trabalharam exaustivamente para desvendar a burocracia uspiana, chegando a formalizar e divulgar detalhados estudos sobre a real demanda para preenchimento de claros[1] dos departamentos da Faculdade, sobre a conduta antiética da Reitoria ao permitir turmas assistirem a aulas em condições insalubres (infração ao artigo 17º do Código de Ética da USP), sobre as causas históricas que levaram a área de humanidades ao caos. Tais estudos embasaram inúmeras discussões entre estudantes, professores e funcionários e colocaram as reflexões em eixos mais seguros mas nem por isso menos polêmicos (por que o reitor abre cursos no interior do Estado de São Paulo, se alguns dos cursos já existentes funcionam em condições extremamente precárias?)

Outro aspecto significativo dessa greve é a criatividade e irreverência que marcaram as manifestações públicas: alunos

[*] *Mestranda em História Social do Departamento de História da FFLCH-USP.*

[**] *Doutorando em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP.*

[1] Claros são vagas abertas com o afastamento permanente de professores/funcionários.

simulam, vestidos de preto, o enterro da FFLCH na última Bienal do Livro; assistem a aulas nas escadarias do Teatro Municipal e do prédio da TV Gazeta na avenida Paulista; interditam a rua em que se localiza a Faculdade para realizarem assembléias. A crescente politização do movimento encontrou expressão nos prédios da FFLCH, que já não são os mesmos. Se a estrutura labiríntica do espaço contribui para a distância entre as áreas do saber e entre os alunos, as atuais pichações nos muros e paredes, as faixas penduradas e as atividades por todos os cantos mostram que é possível promover a integração e a comunicação entre as pessoas nestes tempos sombrios. A modulação das vozes incorporou a necessidade de se diferenciar do tom uníssono orquestrado pela globalização e destoou do coro dos admiradores do neoliberalismo.

Entretanto, o aspecto que merece melhor reflexão é a pauta da greve: contratação de 259 professores. Os muitos fóruns de discussão criados ao longo da paralisação levantaram inúmeras questões sobre a política de contratação de docentes e sobre os motivos que permitiram que a FFLCH chegasse a tal carência. A Faculdade tem hoje mais de 12.000 alunos, o que corresponde a 20% do total de alunos da USP, mas apenas 7% do total de professores. Isso faz com que a proporção professor/aluno seja de 1/38, enquanto no restante da Universidade essa média cai para 1/14,5. Há cursos, sobretudo nos departamentos de Letras, que não podem ser oferecidos por falta de professores. Também é comum a existência de salas abarrotadas com mais de cem alunos.

Diante dessa situação, há que se indagar: estaria o atual modelo de universidade pública tornando-se anacrônico em favor do projeto de transformação das universidades em centros tecnológicos e tecnicistas, como algumas personalidades acadêmicas defendem?

O que nos perguntamos inúmeras vezes em nossas plenárias, seminários e assembléias é o que nos levou até aqui. A resposta parece claramente apontar para as diretrizes e prioridades dos programas dos BIDs e FMIs à América Latina. Mas essa é uma resposta incompleta, contudo, se não contemplar a política e os conflitos entre grupos de interesse dentro da própria universidade, que tem convergido para o desmonte de sua autonomia acadêmica.

Exemplo disso é a proliferação nas universidades públicas das fundações privadas, que, com a anuência de alguns setores universitários, assumiram parte do desinvestimento do Governo nas instituições de ensino superior e nos programas de fomento à pesquisa. Esse fato criou inúmeras brechas para que o mercado passasse a determinar parte da política universitária aplicada às diversas áreas de pesquisa e a usufruir da infra-estrutura e dos recursos humanos com o fim claro de obter resultados práticos: mais tecnologia e lucros. Assiste-se, assim, a uma maneira sutil e perversa de privatização dos recursos públicos e a um perigoso comprometimento intelectual da pesquisa realizada no país com interesses particulares.

A presença das fundações privadas nas universidades públicas nos leva à questão de maior gravidade, já amplamente problematizada pelas lutas antiglobalização, que é a de os interesses das grandes corporações se sobreporem aos interesses da coletividade nos últimos bolsões de resistência das sociedades globalizadas.

Colocar a liberdade de pensamento, de pesquisa e de produção acadêmica em xeque significa esvaziar as Humanidades de sua genuína vocação, além de ameaçar sua existência porque, seja para o bem ou para o mal, não apresentam atrativos a investidores privados[2].

O binômio "massificação *versus* democratização" atravessou a educação no país, a começar pelo ensino primário. Levando vantagem, a política de *massificação*, de um lado, com a busca por estatísticas oficiais para divulgar a ação positiva do governo; de outro, com a lucrativa indústria da educação. Não seria diferente com o ensino superior.

A situação em que se encontra a FFLCH é um sintoma desse processo. As respostas a isso são qualitativamente diferentes e, muitas vezes, contraditórias, orientadas por distintas maneiras de conceber o significado da Faculdade e sua relação com a sociedade. Ao longo dos mais de cem dias de greve, aqueles que reivindicam a tradição crítica e comprometida com uma Universidade efetivamente democrática assumiram a vanguarda do movimento. Fizeram ressoar os escritos de Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Milton Santos, Ilana Blaj, mexendo na organização das forças políticas do interior da Faculdade e despertando o desejo de resistir a uma outra tradição, elitista e conservadora, muito bem representada por dona Ruth e FHC.

[2] Ver recente artigo de Leyla Perrone-Moisés, em que ela analisa a crise atual das universidades públicas e, em especial, das Humanidades, no contexto mundial. Folha de S. Paulo, Mais!, 30 de junho de 2002, pp. 9-10.

A aposta na luta

A paralisação dos pós-graduandos evidenciou o quanto esses estudantes estavam isolados e alheios aos problemas da universidade pública.

Por considerar as especificidades do contexto dos pós-graduandos, muito se discutiu se esses alunos deveriam tão-somente apoiar a greve iniciada pela graduação ou se deveriam aderir a ela. E, então, em qual categoria estariam os pós-graduandos? De quem e para que a greve? Como aderir à greve: parar as aulas, interromper as pesquisas, protelar defesas e relatórios científicos, cancelar congressos, enfrentar a burocracia das agências de fomento e os prazos?

As discussões não foram nada fáceis, até porque não havia um referencial histórico de outras paralisações da pós-graduação. Apoiar a greve parecia ser o menos problemático, entretanto, parecia significar uma postura simplista frente ao notável estrangulamento da pesquisa na área das humanidades, à degradação da formação, à contínua desvalorização das Humanidades em nosso atual contexto histórico. Por outro lado, entrar em greve parecia contradizer a condição do pós-graduando, que, teoricamente, desenvolve um trabalho autônomo e presta conta a mais de uma instância: orientador, diretoria, reitoria, agências de fomento.

A adesão à greve não foi unânime. Mesmo assim, essa decisão propiciou a reflexão e a discussão sobre o ensino e a pesquisa nas Ciências Humanas e colocou-se a necessidade de imaginar maneiras de romper com a inércia dos pós-graduandos frente aos problemas que comprometem a qualidade de seu trabalho. A FFLCH é a unidade da USP que mais forma mestres e doutores (mais de 10% de todos os mestrados e doutorados defendidos na Universidade), apesar de apenas 26% dos pós-graduandos terem bolsa de estudo e da pressão para a redução dos prazos de conclusão das dissertações e teses. Também foram levantadas questões relevantes que deverão ser estudadas e propostas em futuros fóruns de discussão: repensar a estrutura dos cursos de pós (Por que não validar créditos de grupos de estudos? Como propor novos espaços

de sociabilidade?); refletir as implicações dos programas de estágio-docência (seria possível propor um programa válido); promover um maior conhecimento institucional dos departamentos que compõem a Faculdade; estudar a questão previdenciária na USP; investigar a fundo a política das agências de fomento à pesquisa; refletir sobre o significado e as implicações de uma real autonomia universitária; pensar a questão da Universidade e dos Projetos de Estado Nacional.

O desafio agora é conseguir manter a mobilização conquistada, para superar o individualismo e a competitividade que dominam o ambiente da pós-graduação. A idéia não é discutir apenas bolsas de estudo, mas procurar reconstruir um trabalho coletivo, acadêmico e político, e garantir a continuidade do diálogo com os outros estudantes e com os professores.

A pedagogia da greve

O fato de a contratação dos 259 professores caber no orçamento da Universidade, conforme endossado pela própria Comissão de Orçamento e Patrimônio da USP, cria impasses dificilmente superáveis. O vice-reitor, que assumiu as negociações desde o início, nega-se a falar desse número. Para ele, a greve é política e a responsabilidade pela crise da FFLCH é da sua própria "falta de planejamento": a FFLCH sofre mais com a falta de professores porque há mais docentes mulheres[3]; há desorganização dos departamentos, que não são específicos com relação a quantos claros precisam ser preenchidos

Essas justificativas atrasaram o início das negociações e procuraram jogar alunos contra professores, estes contra os diretores, a universidade contra a Faculdade de Filosofia, a opinião pública contra os alunos.

A intransigência da Reitoria em aceitar os grevistas como interlocutores só pôde ser vencida com o Ato em Defesa da FFLCH. Esse ato significou a coalizão das forças do movimento e pressionou a reabertura dos diálogos com a Reitoria, quando os professores

[3] Esse argumento foi utilizado pelo vice-reitor na primeira fase das negociações com os grevistas, conforme pode ser comprovado em fita gravada pelos estudantes.

notáveis (Antônio Cândido, Marilena Chauí, Aziz Ab'Saber, Francisco de Oliveira e Otávio Ianni) compuseram o grupo de negociação.

O reitor Adolpho José Melfi e o vice-reitor (Hélio Nogueira da Cruz) ficaram isolados. A imprensa mostrou que a comunidade reconhece os motivos acadêmicos da greve e percebe que o destino das universidades públicas será o mesmo das escolas de ensino fundamental e médio, caso não haja, em caráter de urgência, uma mudança na política da educação nacional e na postura dos homens públicos[4].

Nesse sentido, o alcance da greve é muito maior do que de início pretendia ter. Ela colocou em evidência a perda da dimensão dos significados do privado e do público e os interesses da reitoria ao ignorar as necessidades da Universidade de São Paulo. Conseguiu destrinchar antigos chavões ("defesa do ensino público de qualidade", "melhores condições de trabalho", "democratização da universidade") e desmistificar as burocracias que o poder cria para se perpetuar.

O balanço das perdas e ganhos do movimento dependerá de como alunos, professores e funcionários irão incorporar a experiência dessa greve inédita, que já se consolidou enquanto importante marco histórico de resistência dentro da universidade. ■

[4] Haja vista o comportamento do governador Geraldo Alckmin em um ato em apoio à sua candidatura, na Casa de Portugal, quando não se opôs aos chutes e socos que os organizadores (da Força Sindical) davam nos estudantes grevistas lá presentes.